



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Processo Recurso: 10385/2024

Processo Licitatório nº 6616/2024 (Flowdocs)

**EMPRESAS PARTICIPANTES:**

GEO ESTRUTURAS LTDA (Recurso).

CONSTRUTORA MICA RIO LTDA – Recorrida (Contrarrazão apresentada de forma equivocada)

C.PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA – Recorrida (Contrarrazão não apresentado)

AG NETO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA

Referente à:

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2024**

**DATA DA ABERTURA:** 01 de julho de 2024

**HORÁRIO:** 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, no endereço: <https://bllcompras.com>.

**DO OBJETO:**

**REFORMA DO TABULEIRO DA PONTE DA RUA DO CAFEZAL COM ESTRUTURAS DE AÇO E CONCRETO PRÉ-FABRICADO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA**, em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I – Minuta de Contrato; II – Modelo de proposta; III – Modelo de Declaração Conjunta; IV - Metodologia para cálculo de garantia adicional; V - Declaração de Conhecimento dos Locais e Condições; VI - Carta de Preposição; VII – Orçamento, VIII – Memorial de Cálculo, IX – Cronograma, X – BDI, XI – Caderno de Encargos, XII – Planta Baixa, XIII – Corte A, XIV – Corte B, XV - Planta de Implantação, XVI – Estrutural 1, XVII – Estrutural 2, XVIII – Estrutural 3, XIX – Topografia – Planta Baixa, XX – Topografia – Corte A, XXI – ART, que são parte integrante do presente edital.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Concorrência Pública, do tipo maior percentual de desconto global, modo de disputa aberto, com subcontratação de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), na forma **ELETRÔNICA**, nos termos do Decreto Municipal nº 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos.

O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 13/06/2024, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 14/06/2024, além de ficar disponível para download na página oficial da prefeitura, portal da transparência e PNCP.

#### **DA TEMPESTIVIDADE:**

O presente recurso foi interposto dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **GEO ESTRUTURAS LTDA**. O mesmo foi enviado, via plataforma BLL Compras, em 04 de julho de 2024.

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021.

#### **DO INICIAL:**

A Presidente e Comissão de Contratação deste Município, instituída pela Portaria nº 10/2024, referente a Concorrência Pública nº 03/2024, julga e responde o recurso interposto pela empresa **GEO ESTRUTURAS LTDA**, insatisfeita com a decisão de Comissão em 04/07/2024, em habilitar a empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**.

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

Conforme Ata de Sessão – Disputa da Concorrência nº 01/2024, da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo, o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Presidente da Comissão, Sra. **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros **REGIS SILVEIRA DA SILVA**, **RUBIA ESTEVES MACHADO BRAGA**, **EVERTON FERREIRA MACHADO**, **PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA**, **RODRIGO GAMA**, **BRENDA MAGRANI DA CUNHA**, **ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES**. Participaram ao certame as empresas: **GEO ESTRUTURAS LTDA**, **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA**, **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA** e **AG NETO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA**

Após os lances, na etapa de conferência de documentos apresentados pelos licitantes na plataforma, a Comissão habilitou como previamente vencedora a empresa **CONSTRUTORA MICA RIO LTDA** e as empresas **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA**, **GEO ESTRUTURAS LTDA** e **AG NETO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA** como próximas colocadas (nesta ordem).

#### **DOS RECURSOS APRESENTADOS:**

- Pela empresa: **GEO ESTRUTURAS LTDA**

No recurso interposto, em breve síntese, a Recorrente **GEO ESTRUTURAS LTDA**, contesta a aceitação das propostas de preços apresentadas pelas empresas **Construtora Mica Rio**

LTDA. e C. Pacheco Construções LTDA. por não atenderem ao critério de exequibilidade definido no edital, que considera inexequíveis propostas com reduções superiores a 25% do valor global.

Continua contestando a aceitação das propostas das empresas mencionadas, alegando que, se soubessem que valores superiores ao exigido no edital seriam aceitos, teriam praticado reduções maiores.

Informa ainda que, em obediência aos termos do edital, ofereceu preços dentro do limite previsto e se considera penalizada pela boa fé ao acreditar nos termos do edital.

A empresa protesta contra a aceitação das propostas com redução superior a 25%, alegando falta de informação quanto à possibilidade de acatar preços com redução superior à exigida, tornando o julgamento subjetivo e parcial.

A GEO ESTRUTURAS LTDA solicita que as referidas empresas sejam desclassificadas em conformidade com os termos do edital.

### **DO CONTRARRECURSO APRESENTADO**

Cabe informar que não houve contrarrecurso apresentado de forma correta via plataforma BLL Compras. Faço constar que a empresa **CONSTRUTORA MICA RIO** apresentou sua peça contra recursal tempestiva, porém de forma incorreta, através da aba documento complementares, não sendo assim, aceita para fins de julgamento.

Faço constar que a empresa **C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA** não apresentou suas contrarrazões na Plataforma BLL Compras.

### **DO JULGAMENTO:**

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação da Comissão, necessário se faz enviá-la à Procuradoria Geral do Município para análise e pronunciamento do recurso, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu em razões jurídicas, uma vez que trata-se de termos estabelecidos na nova lei de licitações nº 14.133/2021.

### **Segue parecer da Procuradoria Geral do Município:**

**RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA EMPRESA LICITANTE HABILITADA E VENCEDORA DO CERTAME POR APRESENTAR MAIOR DESCONTO. ALEGAÇÃO DE INEXEQUIBILIDADE DE PROPOSTA DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA INFERIOR A 75% DO VALOR ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO (ART. 59, §4º DA LEI N. 14.133/21). PRESUNÇÃO RELATIVA E NÃO ABSOLUTA. LICITAÇÃO QUE TEM POR OBJETIVO SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO QUE JUSTIFICA A RELATIVIDADE DA PRESUNÇÃO,**

**INDEPENDENTEMENTE DA NATUREZA DO SERVIÇO  
LICITADO. PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO.**

A Recorrente, GEO ESTRUTURAS LTDA. interpôs Recurso Administrativo alegando, em síntese, a inexecuibilidade das propostas, pois o valor apresentado pelas empresas participantes: CONSTRUTORA MICA RIO LTDA e C. PACHECO CONSTRUÇÕES LTDA, foi inferior a 75% do valor orçado pela Administração Pública, nos termos do que dispõe o artigo 59, §4º, da Lei nº 14.33/2021, requerendo, ao final, que as referidas empresas sejam declaradas desclassificadas em obediência aos termos do Edital.

Trata-se de questão meramente de direito, relativa à interpretação ao art. 59, §4º da Lei nº. 14.133/21, sobre a presunção de inexecuibilidade das propostas inferiores a 75% do valor orçado pela Administração das obras e serviços inserta no referido dispositivo legal é absoluta ou relativa.

Ao observar o teor do §4º do referido dispositivo legal, é possível se ter a impressão de que a presunção é absoluta. Entretanto, avaliando o dispositivo de forma mais ampla, tem-se que o §2º, ao estabelecer que "a Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada", confirma a tese de que a presunção mencionada é relativa, devendo ser facultado ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

Contudo, deve-se ter em mente que a licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexecuibilidade prevista no §4º do artigo 59, da Lei nº 14.133/21 não deve ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, para constatar se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecuibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente.

A jurisprudência sobre o assunto ainda é escassa, pois a legislação é nova, mas já encontramos julgado com o entendimento de que a presunção de inexecuibilidade não é absoluta, conforme se vê:

MANDADO DE SEGURANÇA. Licitação promovida pelo Município de Matão para execução de serviços de limpeza urbana. Desclassificação da impetrante por ter a Administração entendido que a proposta por ela apresentada era inexecuível. Pretensão da apelada de que lhe seja concedida oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. Possibilidade. Presunção de inexecuibilidade das propostas de obras e serviços de engenharia inferiores a 75% do valor orçado pela Administração (art. 59, § 4º da Lei n. 14.133/21) que é relativa e não absoluta. Licitação que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, o que justifica a relatividade da presunção, independentemente da natureza do serviço licitado. Sentença que concedeu a ordem. Recursos oficial, considerado interposto, e voluntários não providos. (TJ-SP - AC: 10045282320228260347 Matão, Relator: Antonio Carlos Villen, Data de Julgamento: 22/08/2023, Data de Publicação: 23/08/2023)

Nessa direção, em sintonia com a ilustre doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro (coordenadora em Licitações e Contratos Administrativos Inovações da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, 2ª edição, editora Forense, p.160):

"Por seu turno, os incisos III e IV do mesmo art. 59 tratam das hipóteses de desclassificação das propostas atreladas ao fato preço e tendo como parâmetro de análise o valor estimado da contratação: a) preço final, após a fase de lances e a tentativa de negociação promovida pelo agente de

contratação (art. 61), acima do valor estimado: necessária desclassificação da proposta em razão da parte final do inciso II do art. 59 da NLL; b) preço consideravelmente inferior ao valor estimado que gere suspeita quanto à viabilidade econômico-financeira da oferta de duas naturezas: b.1) presunção absoluta de inexecutabilidade, quando a inviabilidade da oferta seja manifesta e evidentemente irrefutável: o agente de contratação procederá à desclassificação da proposta, de forma justificada e demonstrando a partir do conjunto de indícios e em cotejamento com os dados oriundos da estimativa de valor de mercado a implausibilidade de comprovação idônea da viabilidade econômico-financeira da oferta; b.2) presunção relativa de inexecutabilidade, quando os valores ofertados "forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração" (§ 4º): o agente de contratação, nos termos do inciso IV e do § 2º do art. 59, deverá necessariamente conceder ao licitante a oportunidade de afastar tal presunção mediante a comprovação da exequibilidade dos preços praticados, sendo-lhe vedado desclassificar, de pronto, a proposta".

Por outro lado, coligado com a análise do artigo 59 da Lei nº 14.133/21 de forma geral, especialmente seu §2º, caso haja necessidade, entendo que pode haver a oportunidade de ser comprovada a exequibilidade da proposta inferior a 75%.

Porém, considerando que o objeto é a contratação é reforma do tabuleiro da ponte da rua do cafezal com estruturas de aço e concreto pré-fabricado, no Município e que, conforme informado em #3 a empresa apresentou apólice de seguro em atendimento ao §2º do art. 59 da Lei 14.133/21, comprovando a exequibilidade da sua proposta. Desta forma, opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado.

Vale informar que a presente recorrente, que hora não concorda com a exequibilidade da proposta vencedora (desconto final de 29,1%), participou da Concorrência Pública nº 04/2024 deste Município, concedendo um desconto de 29%, indo totalmente contrário ao motivo do presente recurso.

### **Segue análise da Comissão**

Em análise ao recurso, apresento o art. 59, § 4º e § 5º, da Lei nº 14.133/2021, que contempla a presunção relativa de inexecutabilidade às propostas de obras e serviços de engenharia (quando valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela administração), e exigência de garantia adicional, bem como, que a Administração deverá realizar as diligências previstas no inciso IV e no § 2º, ambos daquele artigo, além do item 6.8 do edital, conforme seguem:

§ 2º do art. 59 da lei 14.133/2021: A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.

§ 5º do art.59 da lei 14.133/2021: Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

6.8 do edital: Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Em suma, a regra de tornar inexecuível todas propostas que apresentarem desconto superior aos 25% (ou abaixo dos 75% do valor orçado pela administração, como usado em redação da lei), afastaria o próprio interesse principal em licitar e o princípio da economicidade, qual seja o de encontrar melhor proposta apta à execução do serviço, objeto do certame.

Cabe destacar, também, que esta medida acarretaria em diversos certames empatados, visto que os licitantes não ultrapassariam este valor de desconto, os critérios de julgamento previstos na Lei de Licitações não seriam efetivamente aplicados, tornando-se as regras de desempate mais importantes do que o próprio critério de julgamento da licitação.

Sendo assim, esta comissão de contratação, considera o seguro adicional suficiente para demonstrar a habilidade da empresa em realizar o serviço, servindo como forma de garantir a exequibilidade da proposta apresentada pela empresa melhor classificada ao final da fase de disputa.

Importante destacar que durante a fase de disputa, finalizada às 10:19:22, esta comissão de contratação informou o seguinte, no intuito de alertar aos licitantes quantos as ofertas:

Alerto aos licitantes participantes quanto ao item 9.5 que será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

O aviso acima, feito às 10:09:35, deixa claro que não seria colocado limite para recebimento de propostas, mas sim exigido o cumprimento da lei quanto à apresentação de garantia adicional, que aumenta conforme desconto ofertado.

Por fim, o item 6.8 do edital permite em caso de necessidade a comprovação de exequibilidade da proposta por meio de diligência, restando claro o não impedimento de ofertas abaixo de 75% do valor orçado pela administração, onde, após apresentação de garantia adicional, devidamente apresentada à comissão dia 03 de julho de 2024 por meio de arquivo anexo na aba documentos complementares se considerou sanado sua comprovação de exequibilidade.

Por todo o exposto essa Comissão opina:

Tendo em vista o RECURSO apresentado pela empresa **GEO ESTRUTURAS LTDA**;

Tendo em vista a não manifestação das outras empresas em não apresentar suas contrarrazões;

Tendo em vista o parecer da Procuradoria Geral do Município, bem como, pelas razões acima expostas, essa Comissão opina pelo indeferimento do recurso apresentado.

## **DA DECISÃO**

Ante o exposto, Esta Comissão de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Contratação, nomeada pela Portaria G.P. nº 10 de 15 de janeiro de 2024, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDEM**:

**CONHECER** o recurso interposto feito pela empresa **GEO ESTRUTURAS LTDA**, opinando pelo indeferimento, julgando-o improcedente, e NEGANDO PROVIMENTO, mantendo como habilitada a prosseguir no certame a empresa **CONSTRUTORA MICA RIO**.

**ENVIAR** o processo para o Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

**APÓS** dê ciência a empresa, bem como, que a resposta disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 17 de julho de 2024.

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Presidente da CPL

**RÉGIS SILVEIRA DA SILVA**  
Membro

**RUBIA ESTEVES MACHADO BRAGA**  
Membro

**PATRÍCIA FIGUEIREDO DA SILVA**  
Membro

**EVERTON FERREIRA MACHADO**  
Membro

**RODRIGO GAMA**  
Membro

**BRENDA MAGRANI DA CUNHA**  
Membro

**ANDRÉ DA SILVA GONÇALVES**  
Membro